



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9856 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

Abrir os ouvidos à Consciência Fonológica na Alfabetização: escutar a língua com as crianças
Ludmila Thomé de Andrade - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Abrir os ouvidos à Consciência Fonológica na Alfabetização: escutar a língua com as crianças

O conceito de *Consciência Fonológica* tem sido bastante explorado recentemente, em prol da abertura de possibilidades para o trabalho pedagógico da alfabetização. A ideia de *consciência* e o significado de *fonológico* postulam-se frequentemente como implícitos que são pressupostamente compartilhados em seu significado, entretanto, os traços conceituais deste substantivo e deste adjetivo componentes da expressão merecem ser elucidados, depois de resgatados de seu lugar tácito que os faz passar como implícitos. Este é apenas um dos casos de terminologias presentes no jargão pedagógico de professores alfabetizadores, quando tratam de seu próprio trabalho. Para referirem-se à sua prática, eximem-se de aprofundamentos bibliográficos, como se o rótulo teórico-epistemológico lhes bastasse, servindo-lhes de credencial para se identificarem como professores que frequentam formações que lhes atualizam, como tendo tido uma formação inicial de qualidade, ou ainda, engajados em orientações políticas de formação. Os termos empregados remetem-se a concepções, a campos de estudos epistemológicos, a conceitos, a ser discutidos, porém circulam intensamente como slogans ou rótulos e com frequência no discurso profissional de pedagogos professores da Educação Básica. Perguntamo-nos se cumprem sua função formadora, se subsidiam e embasam as práticas docentes que se quer transformar.

Palavras Chaves: Consciência Fonológica, Formação de Professores, Instrução Fônica, Perspectiva Discursiva da Alfabetização.

Sem defender nenhuma das acepções teóricas que a expressão *consciência fonológica* possa carregar, tecemos pontos para uma reflexão sobre sua relevância para as práticas alfabetizadoras. Neste texto, propomos analisar alguns espalhamentos de sentidos, cujas diluições produzem implicações nefastas com esta vulgarização da ciência na formação de docentes. O que pensam os professores alfabetizadores que seja Consciência Fonológica? O que os textos formadores, enunciados dos formadores e formadoras, apontam sobre este conceito? As diferentes abordagens da alfabetização definiriam este termo da mesma forma?

Maria do R. L. Mortatti, em sua obra, oferece-nos suas conclusões analíticas e críticas embasadas em pesquisa histórica que mostram de que formas, desde os primórdios da educação republicana no Brasil, a escola oscila entre métodos, numa disputa entre diversas abordagens, para se melhor compreender e empreender mecanismos estratégicos na pedagogia da língua escrita nas escolas brasileiras. Nestes vaivéns, a disputa teórica sobre o recorte da

oralidade que será enquadrado no que se oferecerá como ensino às crianças na escola é duradoura na história da alfabetização no Brasil. Marlene Carvalho enfatiza a expressão da Querela dos Métodos, também adotada por inúmeros autores, incluída Mortatti (CARVALHO, 2005). Num primeiro momento, apostam-se as fichas nos métodos de marcha sintética, gestados sobre o fonema, a sílaba, e as correspondências grafêmicas das letras (grafemas que representam os fonemas), chegando a compor palavras. Em momentos dialeticamente alternados, períodos podem ser caracterizados como de predominância revezada com os métodos globais, que priorizam partir de pequenas histórias, de frases, enfim, de amplitudes mais expandidas da língua[1].

A teoria construtivista sobre alfabetização desponta nos anos 80 do século XX e forma professores por ser transformadora de concepções até então arraigadas. Fixa permanência e hegemonia, mas não se apresenta (e mesmo se isenta de fazê-lo) como uma pedagogia da alfabetização. Nos resultados da pesquisa de Emília Ferreiro (e co-autores, como Ana Teberoski), é possível analisar e identificar a questão sonora nesta abordagem, há uma compreensão com a mesma questão, central para os processos de alfabetização. A unidade sonora sobre a qual os aprendentes alfabetizando baseiam suas hipóteses de escrita é a sílaba. As fases descobertas e descritas se designam como pré-silábica, silábica sem valor sonoro, silábica com valor sonoro, silábico-alfabética, antes da alfabética.

No centro das sequências didáticas, procedimentos, estratégias e dispositivos planejados na escola, em prol do desencadear de processos de aprendizagem das crianças, o som da língua estará sempre presente como elemento relevante a ser compreendido, tratado pedagogicamente. Quais são os recortes do sonoro enquadrados pela preocupação com a grafia? Muitos caminhos têm sido propostos dando margem a apropriações variadas.

Consciência inconsciente e Fonologia sem som

Nos currículos das formações iniciais das professoras alfabetizadoras, em geral, as abordagens propostas como a atualidade para o campo de estudos e práticas pedagógicas da alfabetização têm reiteradamente destacado a importância ou relevância da *consciência fonológica*. A expressão está na ordem do dia, entretanto, seus sentidos parecem escapar a uma formulação teórica embasada e não serem compartilhados por todos os que a pronunciam/enunciam. Analisemos esta assim proposta consciência.

A força de significação que esta expressão tem ganhado, pode ser observada em diversas apropriações teóricas, porém hoje, algumas podem significar uma anuência com significados que estão postos - mais impostos do que propostos - como naturais no texto da Política Nacional de Alfabetização, o documento PNA. Nestes materiais, a Consciência Fonológica tem sido situada no centro da “instrução fônica”, núcleo prioritário em que querem tornar a alfabetização no Brasil, na implementação de metodologias sistematizadas por parte de secretarias de educação. Porém tal *consciência*, defendida como aspecto inalienável dos processos educacionais e preconizada como categoria protagonista da alfabetização, não parece produzir, como seria de se esperar, intencionalidades, conhecimentos objetivos e aprendizado significativo. Esta consciência nos termos cognitivo-cerebrais em que é abordada, por dentro de uma teoria alegadamente neurocientífica, produz majoritariamente inconsciências, em detrimento de consciências, sobre o objeto vivo e estético que é a língua, escrita e oral, pois a descola de sua efetiva utilização.

A identificação dos fonemas com consciência, em um caráter descritivo dos sons de uma língua, não é o objeto da fonologia. A área de estudos da fonologia se embasa em descrições fonéticas, ou seja, dos fonemas da língua, mas não se limita a esta descrição. Se assim fosse, tratar-se-ia de ciência descritiva e normatizadora de suas conclusões. No arcabouço de trabalhos analíticos da área da linguística da fonologia, as descrições fonéticas

são ampliadas e são teorizados os modos de articulação das unidades em que se articulam os fonemas. Estes se articulam fonologicamente, em sílabas, por exemplo, configurando o desafio do aprendizado dos padrões silábicos, em pausas e alongamentos, em tonicidades, que geram reflexão sobre a (hipo ou hiper) segmentação da língua escrita (ABAURRE, 1988, 1997).

Para se produzir a tão valorizada consciência fonêmica que se arroga a ser fonológica no texto da atual política, produz-se um aluno inconsciente dos diversos processos múltiplos e enriquecedores da produção de linguagem, do trabalho que é a produção linguística. Aliena-se este aluno, desprovendo-o de possibilidades de intenção e de compreensão que poderia ser considerada uma consciência, afastando-o do encantamento pela aquisição inicial de língua escrita e artificializa-se ao extremo a aquisição.

Assim, no contexto mais atual, a consciência fonológica é utilizada equivalentemente com consciência fonêmica. O efeito discursivo é (de)formador, de embaralhamento das nomeações, de elevação da “instrução fônica”, reputada como a única forma eficaz de alfabetizar, em detrimento de todas as demais abordagens. Estas são apagadas implicitamente no texto da política, ou demonizadas explicitamente, em ocasiões de pronunciamentos dos diversos ministros da educação que assumem o posto, efemeramente[2].

O fonema é uma chave cega, um placebo que movimenta o ambiente pedagógico. Quando se assiste aos vídeos de “formação”, vê-se uma sala de aula limpa, com poucos alunos, comportados e com aparência de quem foi vestido com suas roupas mais limpas, arrumados em sua aparência, respondendo à professora sob o enunciado “1, 2, 3 e... todos juntos, em uníssona resposta idêntica”. Neste material sequenciado e hiper-orientado, tutelam-se professores e alunos, propondo uma *movimentação* que apenas produz *deslocamentos*, em gestos mecânicos, sem sentido para os aprendizes, colocando por terra qualquer *link* entre sujeitos alunos e (sua) linguagem. A simplificação facilitadora da aprendizagem da língua afasta o aprendiz da interação que na vida real e na experiência extraescolar se manifestam de forma complexa e densa, hibridizada e funcional. Consciência e simplificação substituem espontaneidade e simplicidade, pela via da tutela e da ordenação simplificadora do objeto de conhecimento. O que se apresenta como objeto de estudos língua, num contexto de sala de aula idealizado por um método proposto como científico no material documental da política atual, é um recorte aleatório e insosso do que poderia ser a experiência plena de língua e outras linguagens a esta hibridizada nas situações reais de vida. Embora nestes documentos se exorte e privilegie o fonológico, sinônimo da camada sonora da língua, reduz-se o fonológico ao fonêmico e, assim, conseqüentemente, diminuem a nossa língua, por empobrecer sua dimensão da oralidade.

“A” Consciência Fonológica é (re)definida como se pressupostamente se restringisse *consciência fonêmica*, ou seja, exclusivamente focalizada em fonemas, unidades sonoras desprendidas da articulação enunciativa da língua, e eliminando as demais camadas da oralidade, tais como a prosódia, que abre-se para estudar curvas sonoras da língua (entonação, pausas, ritmo, volume), ou a fonologia, que observa os modos de pronúncia na estrutura das sílabas (estrutura de diferentes tonicidades no interior das palavras).

Ora, os fonemas não são a única unidade que participa da consciência fonológica, pois a Consciência Fonológica é maior que a aprendizagem de relações entre grafemas e fonemas e/ou a percepção dos fonemas. Os fonemas são unidades abstratas demais para serem objeto de uma análise linguística pelas crianças, somente ganham sentido se estiverem articulados: em sílabas (morfemas, interjeições); em palavras, sempre em textos. A unidade de análise da língua nos processos de ensino deveriam constar num texto, na perspectiva discursiva, que se torna discurso, pois o texto é lido como enunciado, que produzem sentido, no coletivo dos

interlocutores-falantes.

Os fonemas são característica das mais representativas (identificadas e estigmatizadas) dos diversos falares regionais do país. Mas bem pouco se estudam os estes distintos dialetos, as peculiaridades das variedades linguísticas, para se conscientizar das suas representações na escrita. Os falares populares, regionais, marginais, são os que habitam a literatura. A boa literatura se faz da representação das vozes da atualidade e a atualidade da língua está na oralidade, na boca do povo, no falar das ruas.

Há sempre uma consciência fonológica, em qualquer abordagem, mas é preciso se identificar de que ela é constituída, que aspectos da língua são mobilizados para a compreensão da representação gráfica, em relação à apreensão do sonoro. Muito se enfatiza a consciência metalinguística, nos estudos de Emilia Ferreiro, por exemplo. A consciência fonológica do construtivismo quer se focalizar na unidade sonora silábica. Nesta abordagem de pesquisas do desenvolvimento cognitivo da criança sobre a língua, concebe-se que, para que a criança adquira a língua escrita, a sílaba é a unidade recomendada, supondo-se que seja a mais perceptível pela criança que observa a língua sonora.

A consciência Fonológica inclui os sons da língua, no sentido plural de sons, tomando-se a língua nas dimensões que se ousar. Sons *da* língua podem equivaler aos sons de qualquer parte da língua, de qualquer prisma que se possa observá-la, pois por dentro da estrutura da língua há categorias de análise que contribuem para que a criança perceba os sons.

Os sons da língua (que vão além dos fonemas) apenas ganham sentido na entonação da língua efetivamente enunciada. Pronunciar fonemas, concentrar-se em uma consciência fonêmica, não engaja o aprendiz no objeto de conhecimento língua vivo e expressivo. A camada de oralidade a ser engajada nos processos de aquisição de escrita faz-se de prosódia, de entonações nuançadas, de sotaques, modos de pronúncia idiossincráticos e dialetais, variações múltiplas, quase musicais, na pauta da língua oral que se reverbera na arte da língua escrita, sempre, o tempo todo, enquanto a língua está na boca e nas mãos do povo (SILVA, 1994; ABAURRE, 1999; SCARPA, 1999; BAGNO, 1999; BORTONI, 2006).

Referências Bibliográficas

ABAURRE, M. B. O que revelam os textos espontâneos sobre a representação que faz a criança do objeto escrito? In KATO, M. (org.) *A concepção da escrita pela criança* Campinas, SP, Pontes, 1988.

ABAURRE, M.B., FIAD, R. S. & MAYRINK-SABINSON, M-L. *Cenas de aquisição de escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

ARENA, D. B. *et. al.* As tecnologias digitais de informação e comunicação pelo prisma da linguagem digital in *Revista Brasileira de Educação do Campo*, Tocantinópolis/Brasil, 2019

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico – o que é, como se faz*. 15 ed. Loyola: São Paulo, 2002 SCARPA, 1999

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolingüística & Educação. São Paulo: Parábola, 2005.

CARVALHO, M. A. de O. *Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática* Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2005

MORTATTI, Maria do Rosário Longo “Notas para uma história da formação do alfabetizador no Brasil” Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 2008. SILVA, A. da A Escrita Espontânea São Paulo: Cortez, 1999

MORTATTI, Maria do Rosário Longo *Live Abralín ao vivo*, com João Wanderley GERALDI; Maria do Rosário Longo MORTATTI e Maria Cecília MOLLICA capturado em 23/06/2021 https://www.youtube.com/watch?v=QeUePHn_zs4&t=10498s

SMOLKA, A. L. B. *A criança na fase inicial da escrita* São Paulo: Editora Contexto, 1988

SOARES, M. *Linguagem e Escola: uma perspectiva social* São Paulo, Ática, 1986.

[1] A periodização que a historiadora da alfabetização Mortatti (2008) nos proporciona organiza o campo de conhecimento sobre a alfabetização histórica e politicamente.

[2] O Construtivismo de Emília Ferreiro, a figura de Paulo Freire, bem como a professora Magda Soares, que teria criado o conceito de letramento, três exemplos que consistem em grandes lastros da pesquisa em alfabetização no Brasil, foram execrados explicitamente por Ministros da Educação e por seus Secretários (da pasta da Alfabetização).